



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO/FACED
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS E PRIVADOS DE LIBERDADE

ALEXANDRE RAFAEL DA ROSA

EVASÃO NA MODALIDADE EJA: UMA ANÁLISE SOB A
PERSPECTIVA PEDAGÓGICA NA EMEF JOÃO PAULO I

Porto Alegre, RS, Brasil

Junho de 2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO/FACED
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS E PRIVADOS DE LIBERDADE

EVASÃO NA MODALIDADE EJA: UMA ANÁLISE SOB A
PERSPECTIVA PEDAGÓGICA NA EMEF JOÃO PAULO I

Alexandre Rafael da Rosa

Trabalho de Conclusão de Curso

Orientadora: Prof^a Laura de Souza Fonseca

Porto Alegre, RS, Brasil

Junho de 2012

“A educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”

Declaração de Jomtien, Tailândia, março/1990

SUMÁRIO

Resumo	5
Introdução	6
Diagnóstico	7
Distorção Idade-Série	12
Particularizando o município de Canoas	17
Quando a função social não se cumpre	24
O Desrespeito à lei	31
Contextualizando	32
Motivos para o otimismo	35
Abordando Canoas	37
O antes	38
O agora	42
Considerações finais	48
Anexo I	50
Referências	57
Bibliografia	57

RESUMO

Este trabalho objetiva uma investigação a respeito do esvaziamento escolar na modalidade da educação para jovens e adultos a partir das propostas pedagógicas aplicadas no período entre os anos de 2007 e 2010, compreendendo os problemas e causas do abandono escolar, ou como chamamos: evasão.

O presente trabalho possui características de pesquisa quantitativa. A metodologia consistiu na análise e sistematização dos dados compilados e pesquisados, os quais foram obtidos junto ao Setor de Estatística da Unidade Administrativa da Secretaria Municipal de Educação do município de Canoas durante o citado período. Propõe que as propostas teórico-metodológicas desenvolvidas na formação dos profissionais que exercem suas funções nesta modalidade podem ser os eixos condutores a serem pensados e utilizados para o combate deste problema, sem deixar de analisar outros elementos como formação e planejamento. O mesmo se justifica, na medida em que também pretende ampliar os questionamentos a cerca das causas e conseqüências da evasão, na tentativa de apontar caminhos através de ações que deveriam ser discutidas com educandos e educadores em torno de uma Proposta Pedagógica da EJA, cuja importância, dentro da parcela que lhe cabe, esteja baseada no desenvolvimento integral do cidadão na sociedade, como também a elaboração de um currículo que atenda as expectativas dos alunos, com inovação nas práticas, dentro de uma metodologia renovada e motivadora, que possa elevar a autoestima dos estudantes, dando sentido significativo aos seus valores sócio-culturais e históricos nos quais os indivíduos estão inseridos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Evasão. Proposta Pedagógica.

INTRODUÇÃO

Analisar a Educação de Jovens e Adultos de forma dualista, empregando princípios e olhares por vezes complementares, por vezes contraditórios e opostos, é inerente a minha dupla função diante de tal modalidade; a de educador e a de gestor. Esta dupla realidade, distintas em determinados períodos de minha vida desde que ingressei na área da educação, me remete a conflitos internos. Difícil separar em minha consciência a sala de aula e a escrivania.

Atualmente, enquanto gestor, procuro ouvir e seguir a voz do educador, do professor e de todas suas dificuldades como ponta de lança na educação. Porém, administrar com as condições impostas por um sistema que é incapaz de atender minimamente as demandas oriundas do ato de educar, pelo menos na parte que cabe à escola, é um desafio que requer seguir atos administrativos hierarquicamente estabelecidos, muitas vezes baseados em discursos preconceituosos em relação à modalidade EJA, os quais terminam por justificar certas práticas político-administrativas que acabam perpetuando os problemas já diagnosticados e desprovidos de qualquer solução.

Um exemplo é o fato de aceitar turmas superlotadas no início de cada período letivo com a justificativa de que a evasão é inerente à modalidade, não valendo a pena colocar professores, seja pela falta dos mesmos no quadro de recursos humanos da rede de ensino ou pela não prevenção em termos de disponibilidade através de concursos públicos específicos para a modalidade, pois, segundo esta concepção que julgo equivocada, em pouco tempo essas turmas terão uma diminuição no número de educandos, avalizando a falta de condições adequadas para o início do período letivo e até a comodidade por parte dos responsáveis em não proporcioná-las.

Como se vê, a evasão acaba por tornar-se aliada do inábil poder público ao invés de ser combatida. Desmistificar o discurso tornou-se uma tarefa árdua para os educadores já sacrificados nos desdobramentos de suas funções. Porém, mesmo na adversidade, devem ser enfáticos junto aos educandos para que os mesmos não evadam, se mantenham, mesmo que a turma esteja superlotada com cerca de cinquenta alunos, ou seja, mantê-los, e ao menor sinal de infrequência comunicar a equipe pedagógica para que se promova o resgate, se possível, deste educando, será a melhor maneira de desconstruir o discurso da “evasão natural”, rompendo com o círculo vicioso.

DIAGNÓSTICO

Para ilustrar a constatação aqui apresentada, apresentamos nos quadros de números 1, 2, 3 e 4, a relação das escolas que disponibilizam a modalidade EJA no município de Canoas com o respectivo número de turmas e de educandos no início do ano letivo de 2012. As mesmas estão divididas por quadrantes. O governo municipal utilizou o método de dividir a cidade regionalmente em quadrantes como forma de atender as demandas públicas localizadas geograficamente. Cada quadrante está administrado por uma subprefeitura.

Quadro 1

QUADRO DE ALUNOS E TURMAS DA EJA – QUADRANTE SO – 10/03/2012									
Esc.	Turmas								
	Seg	Alf	Nº de Educ	Pós-Alf	Nº de Educ	Tot. 1	Nº de Educ	Tot. 2	Nº de Educ
Nelson Paim Terra	1º	Alfabetização + Pós-Alfabetização		26					
	2º				1A	45			
	2º						2A	60	
	2º						2B	57	
	2º						2C	63	
Paulo VI	1º	Alfabetização + Pós-Alfabetização		43					
	2º				1A	45			
	2º						2A	60	
	2º						2B	50	
	2º						2C	30	
Rio Grande do Sul	1º	Alfabetização + Pós-Alfabetização		19					
	2º				1A	48			
	2º						2A	40	
	2º						2B	38	

Fonte: Setor de Estatística - Unidade Administrativa - SME

Quadro 2

QUADRO DE ALUNOS E TURMAS DA EJA – QUADRANTE SE – 10/03/2012

Escolas	Turmas								
	Seg	Alf	Nº de Educ	Pós-Alf	Nº de Educ	Tot. 1	Nº de Educ	Tot. 2	Nº de Educ
Duque de Caxias	2º							2A	40
	2º							2B	39
Santos Dumont	1º	1	23						
	1º			1	37				
	2º					1A	36		
	2º							2A	44

Fonte: Setor de Estatística - Unidade Administrativa - SME

Quadro 3

QUADRO DE ALUNOS E TURMAS DA EJA - QUADRANTE NO - 10/03/2012

Escolas	Turmas								
	Seg	Alf	Nº de Educ	Pós-Alf	Nº de Educ	Tot. 1	Nº de Educ	Tot. 2	Nº de Educ
João Paulo I	1º	Alfabetização + Pós-Alfabetização			26				
	2º					1A	37		
	2º							2A	40
	2º							2B	38
	2º							2C	35
	2º							2D	40
	2º							2E	40
Max A. Oderich	1º	1	15						
	1º			1	19				
	2º					1A	29		
	2º							2A	45
	2º							2B	50
	2º							2C	45

Odette Y. de Freitas	2º					1A	45		
	2º							2A	54
	2º							2B	52
	2º							2C	62
Rio de Janeiro	1º	1	19						
	1º			1	28				
	2º					1A	46		
	2º							2A	43
	2º							2B	45
	2º							2C	45
Thiago Würth	1º			1	32				
	2º					1A	48		
	2º							2A	50
	2º							2B	50
	2º							2C	50
Vitória	1º			1	6				
	2º					1A	4		
	2º							2A	3

Fonte: Setor de Estatística - Unidade Administrativa - SME

Quadro 4

QUADRO DE ALUNOS E TURMAS DA EJA - QUADRANTE NE - 10/03/2012

Escolas	Turmas								
	Seg	Alf	Nº de Educ	Pós-Alf	Nº de Educ	Tot. 1	Nº de Educ	Tot. 2	Nº de Educ
Carlos Drummond de Andrade	1º	Alfabetização + Pós-Alfabetização (1)			35				
	2º					1A	49		
	2º							2A	50
	2º							2B	49
	2º							2C	50

Erna Würth	1º	1	12						
	1º			1	20				
	2º					1A	78		
	2º							2A	56
	2º							2B	56
	2º							2C	56
Irmão Pedro	1º	Alfabetização + Pós- Alfabetização (1)			30				
	2º					1A	38		
	2º							2A	43
	2º							2B	44
	2º							2C	40
	2º							2D	54
	2º							2E	53

Fonte: Setor de Estatística - Unidade Administrativa - SME

RESUMO		
	Turmas	Nº de Educandos
Alfabetização	04	69
Pós-Alfabetização	06	142
Alfab. + Pós Alfabetização	06	179
Totalidade 1	13	548
Totalidade 2	40	1.859
Total	69	2.797

A superlotação por si só já é um problema a ser enfrentado. Mas existe outro elemento que expõe a ineficiência do poder público: o não atendimento da demanda. As escolas procuram matricular o máximo de educandos possível, e os que não podem ser atendidos na procura por educação, passam a compor uma lista de espera. Quando serão chamados? Na medida em que ocorrer a evasão. Mais uma vez o governo conta com a

evasão para cobrir sua incapacidade de atender a demanda na modalidade de educação de jovens e adultos, ou seja, de cumprir com a lei.

Se 2.797 educandos conseguiram ingressar na EJA no início de 2012, outros 892 ficaram a espera de um banco escolar. O quadro nº 5 mostra a demanda reprimida por escola.

Quadro 5

Escola	Lista de Espera
Nelson Paim Terra	121
Paulo VI	0
Rio Grande do Sul	12
Duque de Caxias	38
Santos Dumont	32
João Paulo I	100
Max Oderich	20
Odette Y. de Freitas	33
Rio de Janeiro	41
Thiago Würth	115
Vitória	0
Carlos Drummond de Andrade	135
Erna Würth	148
Irmão Pedro	97
Total	892

Dados informados pelas escolas

E ainda temos outro importante aspecto a ser analisado: o direito subjetivo. Segundo Roberto Jamil Cury, no Parecer CNE/CEB 11/2000, por direito público subjetivo entende-se:

Aquele pelo qual o titular de um direito pode exigir imediatamente o cumprimento de um dever e de uma obrigação. Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e dotado de efetividade. O titular deste direito

é qualquer pessoa de qualquer faixa etária que não tenha tido acesso à escolaridade obrigatória. Por isso é um direito subjetivo, ou seja, ser titular de alguma prerrogativa é algo que é próprio deste indivíduo. O sujeito deste dever é o Estado no nível em que estiver situada esta etapa da escolaridade. Por isso se chama direito público pois, no caso, trata-se de uma regra jurídica que regula a competência, as obrigações e os interesses fundamentais dos poderes públicos, explicitando a extensão do gozo que os cidadãos possuem quanto aos serviços públicos. Assim o direito público subjetivo explicita claramente a vinculação substantiva e jurídica entre o objetivo e o subjetivo. Na prática, isto significa que o titular de um direito público subjetivo tem asseguradas a defesa, a proteção e a efetivação imediata do mesmo quando negado. Em caso de inobservância deste direito, por omissão do órgão incumbido ou pessoa que o represente, qualquer criança, adolescente, jovem ou adulto que não tenha entrado no ensino fundamental pode exigir-lo e o juiz deve deferir imediatamente, obrigando as autoridades constituídas a cumpri-lo sem mais demora. O direito público subjetivo não depende de regulamentação para sua plena efetividade. O não cumprimento ou omissão por parte das autoridades incumbidas implica em responsabilidade da autoridade competente (p.24).

Logo, ficamos na tentativa de promover políticas públicas limitadas na área da educação na esperança de fazer o melhor possível em busca de resultados positivos. Este trabalho reflete também um pouco desta dualidade própria, mas obedecendo ao critério de afastamento necessário do objeto de análise para uma pesquisa imparcial.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE: SEARA DA EJA

A tradição e as crenças alicerçam a ideia de que a educação ou o grau de estudo está associado ao sucesso. Historicamente é o elemento propulsor para associar as trajetórias de vidas às salas de aula. Formar-se e ter um diploma, é sinônimo de realização pessoal, profissional e de abertura de oportunidades ao longo da vida.

A educação de jovens e adultos surge como alternativa para aqueles que não tiveram a chance de estudar na idade adequada. Seja porque seus direitos não foram respeitados pelo poder público ou em função das necessidades imediatas inerentes à própria vida, como o trabalho precoce, o que sob a égide do Estado capitalista não deixa de estar associado ao primeiro elemento.

Segundo Sônia Maria Rummert, em Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação,

Para compreendermos a educação de jovens e adultos trabalhadores, em sua atual configuração, faz-se necessário tomá-la em sua historicidade, relacionando-a aos determinantes socioeconômicos que a condicionam. A partir do ciclo econômico iniciado na década de 1930 e que tomou corpo a partir dos anos 1950, adquire forma o processo de industrialização, cuja matriz cultural assentava-se em três pontos centrais: o fetiche do progresso e do desenvolvimento de cariz conservador, a ênfase na virtuosidade do trabalho sob os moldes da lógica capitalista e a promessa de ascensão social pela via da educação (p.178/179).

Mesmo os jovens, acima de 15 anos, que hoje superlotam as salas da modalidade EJA, de uma forma ou outra, ao ingressarem nas estatísticas da distorção idade-série, também foram e são vítimas de um sistema que os impulsiona a migrar para educação de jovens e adultos. O avanço da idade e suas consequências levando ao desajuste frente aos pequenos na sala de aula, as múltiplas repetências e a busca de autonomia tendo o trabalho como condição para a mesma são também elementos condicionantes para a migração para a EJA.

Embora analisando a partir de estudos realizados junto aos educandos do ensino médio, Carmen Brunel, na obra Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e

adultos, oferece, por analogia, contribuição também para a juvenilização crescente no ensino fundamental da modalidade EJA, destacando:

O rejuvenescimento da população que frequenta a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um fato que vem progressivamente ocupando a atenção de educadores e pesquisadores na área da educação. O número de jovens e adolescentes nesta modalidade de ensino cresce a cada ano, modificando o cotidiano escolar e as relações que se estabelecem entre os sujeitos que ocupam este espaço.

Os jovens, quando chegam nesta modalidade, em geral, estão desmotivados, desencantados com a escola regular, com histórico de repetência de um, dois, três anos ou mais. Muitos deles sentem-se perdidos no contexto atual, principalmente em relação ao emprego e à importância do estudo para a sua vida e inserção no mercado de trabalho (p.9).

Sabedores de que este mercado, hoje, é extremamente restrito, seletivo e que exige o máximo de qualificação, faz com que optem por uma modalidade de ensino que seja mais rápida do que a escola regular (p.89).

Nesta procura, a EJA apresenta-se como uma opção atraente, [e] lhes proporciona a oportunidade de concluir os seus estudos num curto espaço de tempo, que na escola regular seria impossível (p.90).

No artigo EJA: lutas e conquistas! – a luta continua: formação de professores em EJA, publicado na Revista Reveja, Laura Souza Fonseca cita:

A Educação Brasileira tem constituído significativos grupos de brasileiras/os expulsas/os da/na escola. Como nos traz Ferraro (1991), aquelas/es que não têm acesso, além das/os que o têm, mas não permanecem porque o sistema e as práticas educativas revelam-se incompatíveis para acolher e interagir com sujeitos pensantes e desejanças. Essa mesma escola que expulsa crianças, criando-lhes o estigma da ignorância, não pode ser capaz de interagir com os adultos, expulsos na infância, nem com a juventude que crescentemente vem sendo excluída da escola diurna. Desse modo, a continuar a escola tal como a temos manter-se-á um gerador permanente de demanda para a EJA.

Tais palavras permanecem extremamente atuais. De acordo com a matéria “Avaliação do RS, Baixo desempenho na educação”, publicada no Jornal Zero Hora, no dia 8 de fevereiro de 2012, *um em cada três estudantes gaúchos permanece no Ensino*

Fundamental mesmo depois de completar 16 anos – idade acima do recomendado, retardando o processo de aprendizagem. Consta ainda na reportagem que de acordo com o professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Ocimar Munhoz Alavarse:

... esses estudantes, direta ou indiretamente, exercem pressão para que se amplie o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) – uma modalidade que deveria caminhar para a extinção... O melhor dos mundos é quando os estudantes concluem o ensino médio com 16 anos. Mas, infelizmente, o Brasil está longe disso.

Conforme o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) *Situação da Adolescência Brasileira 2011 – O Direito de Ser Adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades,*

a baixa escolaridade resulta de um processo de exclusão que tem suas origens nos primeiros anos de vida dos adolescentes... As crianças e adolescentes chegam à escola, mas muitos deles não conseguem aprender e conquistar avanços em sua escolaridade por uma série de fatores relacionados à qualidade da educação e à precariedade do ambiente de aprendizagem. Pouco estimulados e apoiados, algumas vezes pressionados a contribuir para a renda familiar, crianças e adolescentes iniciam um ciclo de repetência e acabam abandonando os estudos. À medida que as séries escolares avançam, aumentam os índices de distorção idade-série e de evasão... O abandono está diretamente ligado à trajetória de repetências que cria a chamada distorção idade-série, ou seja, crianças e adolescentes que cursam uma série escolar diferente daquela prevista para sua idade.

O mesmo relatório fornece alguns dados estatísticos:

No Brasil, em 2009, do total de meninos e meninas de 15 a 17 anos, 85,2% estavam matriculados na escola. Porém, apenas pouco mais da metade deles (50,9%) estavam no nível adequado para sua idade: o ensino médio. Os demais (49,1%) ainda cursavam o ensino fundamental.

No mesmo ano, do total de 2,3 milhões de concluintes do ensino fundamental, 1,09 milhão (ou mais de 47%) tinham entre 15 e 17 anos: encontravam-se atrasados em seus estudos.

O acúmulo de repetências e abandono faz com que a escolaridade média de um adolescente brasileiro de 15 a 17 anos seja de 7,3 anos de estudo. Isto quer dizer que, em média, os brasileiros nesta faixa etária sequer completaram o ensino fundamental de ensino, que implica nove anos de estudo.

PARTICULARIZANDO O MUNICÍPIO DE CANOAS

Inserido neste contexto está o município de Canoas. Conforme levantamento efetuado pela Unidade Administrativa da Secretaria Municipal de Educação, o número de alunos em distorção idade-série com 15 anos de idade ou mais, no diurno, em 2009, foi de 1.212. Em 2010 subiu para 1.789 e no ano de 2011 quase que se estabeleceu numa média entre os dois anos anteriores com 1.428 alunos. A tendência é grande parte deste número de educandos migrarem para a EJA.

Os quadros de números 6, 7 e 8 apresentam os índices acima citados. Já o quadro de número 9, como base no número de inscrições e matrículas, por idade, realizadas na educação de jovens e adultos para o ano de 2012, atestará a crescente juvenilização da modalidade.

Quadro 6

MATRÍCULA POR IDADE - 2009											
IDADES	1º ANO	2º ANO	3º ANO	3ª SÉRIE	4º ANO	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE	TOTAL
6 ANOS	2636	176	3	0	0	0	0	0	0	0	2815
7 ANOS	352	2582	282	10	14	0	0	0	0	0	3240
8 ANOS	33	884	1712	217	648	46	0	0	0	0	3540
9 ANOS	17	227	660	360	1586	938	26	2	0	0	3816
10 ANOS	2	59	211	116	535	1289	569	40	0	1	2822
11 ANOS	1	35	102	51	229	658	1087	468	17	53	2701
12 ANOS	0	10	31	14	135	288	685	792	407	60	2422
13 ANOS	0	2	17	4	59	155	494	525	606	321	2183
14 ANOS	0	2	7	1	28	103	285	366	400	481	1673
15 ANOS	0	1	1	0	9	29	99	181	225	242	787
16 ANOS	0	0	0	0	1	6	34	58	84	105	288
17 ANOS	0	0	0	0	1	2	3	12	23	49	90
18 ANOS	0	0	0	0	0	1	7	3	4	8	23
19 ANOS	0	0	1	0	0	1	1	2	1	0	6
20 ANOS	0	0	0	0	0	2	0	0	1	2	5
21 ANOS	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
22 ANOS	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
23/31 ANOS	0	0	0	0	0	1	0	1	3	0	5
32/36 ANOS	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
37/41 ANOS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
42/46 ANOS	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	3
TOTAL	3041	3978	3029	773	3245	3522	3290	2452	1772	1322	26424
DISTORÇÃO	405	1220	1032	186	997	1249	1608	1150	742	406	8995

Fonte: Setor de Estatística - Unidade Administrativa - SME

Quadro 7

MATRÍCULAS POR IDADE - 2010											
IDADES	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	4º S	5º ANO	5º S	6º S	7º S	8º S	TOTAL
6 ANOS	2427	174	0	0	0	0	0	0	0	0	2601
7 ANOS	279	2461	146	5	0	0	0	0	0	0	2891
8 ANOS	26	1017	1977	440	0	10	0	0	0	0	3470
9 ANOS	5	324	876	1418	108	584	8	0	0	0	3323
10 ANOS	3	103	318	706	227	1457	551	19	1	0	3385
11 ANOS	4	29	116	318	104	614	991	388	14	0	2578
12 ANOS	1	14	55	167	61	332	668	845	336	25	2504
13 ANOS	1	8	35	76	49	216	560	606	620	313	2484
14 ANOS	0	2	12	32	16	144	371	486	481	464	2008
15 ANOS	0	3	4	10	7	44	177	257	301	270	1073
16 ANOS	0	1	0	3	2	15	61	111	143	149	485
17 ANOS	0	0	0	0	0	4	12	44	50	60	170
18 ANOS	0	0	0	0	0	0	2	2	12	19	35
19 ANOS	0	0	0	0	0	0	3	1	5	2	11
20 ANOS	0	0	1	0	0	0	0	0	2	2	5
21 ANOS	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
22 ANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
23/31 ANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
32/36 ANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
37/41 ANOS	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
42/46 ANOS	0	0	2	0	0	1	0	1	1	0	5
TOTAL	2746	4136	3542	3175	574	3423	3404	2760	1966	1307	27033
DISTORÇÃO	319	1501	1419	1312	239	1372	1854	1508	995	505	11024

Fonte: Setor de Estatística - Unidade Administrativa - SME

Quadro 8

MATRÍCULAS POR IDADE - 2011											
DISTORÇÃO IDADE SÉRIE											
IDADES	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	5º S	6º ANO	6º S	7º S	8º S	TOTAL
6 ANOS	2704	165	1	0	0	0	0	0	0	0	2870
7 ANOS	403	2287	176	2	0	0	0	0	0	0	2868
8 ANOS	28	844	1986	287	15	0	12	0	0	0	3172
9 ANOS	7	291	2704	1606	307	30	104	29	9	0	5087
10 ANOS	3	96	376	779	1375	277	393	58	10	0	3367
11 ANOS	1	53	169	359	684	486	823	528	63	12	3178
12 ANOS	0	11	53	160	339	278	347	863	390	52	2493
13 ANOS	0	6	29	70	206	203	228	553	639	368	2302
14 ANOS	0	2	13	37	114	126	173	419	469	497	1850
15 ANOS	0	0	5	11	34	77	44	222	242	250	885
16 ANOS	0	1	2	2	9	14	18	90	109	123	368
17 ANOS	0	0	0	0	2	6	3	23	27	57	118
18 ANOS	0	0	0	0	0	1	1	8	15	14	39
19 ANOS	0	0	0	0	1	0	0	0	2	4	7
20 ANOS	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	4
21 ANOS	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2
22 ANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
23/31 ANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
32/36 ANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3
37/41 ANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
42/46 ANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
TOTAL	3146	3756	5514	3314	3086	1499	2146	2793	1978	1383	28615
DISTORÇÃO	442	1304	3351	1419	1389	1192	814	1315	867	454	12547

Fonte: Setor de Estatística - Unidade Administrativa - SME

Quadro 9

Idade	Inscrições	Rematrículas	Total	Percentual Agrupado
15 anos	488	137	625	53,5%
16 anos	380	190	570	
17 anos	297	90	387	
18 anos	153	72	225	25,1%
19 anos	82	24	106	
20 anos	55	18	73	
21 anos	46	10	56	
22 anos	41	12	53	
23 anos	31	9	40	
24 anos	21	5	26	
25 anos	32	3	35	
26 anos	27	3	30	
27 anos	31	3	34	
28 anos	23	4	27	
29 anos	30	7	37	
30 anos	29	6	35	
31 anos	23	5	28	
32 anos	13	12	25	
33 anos	20	9	29	
34 anos	16	6	22	
35 anos	22	7	29	
36 anos	23	9	32	
37 anos	22	6	28	
38 anos	16	7	23	
39 anos	16	7	23	
40 anos	14	8	22	6,9%
41 anos	14	6	20	
42 anos	21	8	29	
43 anos	18	5	23	

44 anos	8	8	16	
45 anos	11	8	19	
46 anos	16	6	22	
47 anos	16	7	23	
48 anos	8	7	15	
49 anos	12	4	16	
50 anos	5	6	11	3,6%
51 anos	11	9	20	
52 anos	16	6	22	
53 anos	11	4	15	
54 anos	4	2	6	
55 anos	1	1	2	
56 anos	5	2	7	
57 anos	5	4	9	
58 anos	4	3	7	
59 anos	6	1	7	
60 anos	3	1	4	1,2%
61 anos	6	3	9	
62 anos	2	2	4	
63 anos	3	-	3	
64 anos	1	3	4	
65 anos	-	1	1	
66 anos	-	2	2	
67 anos	2	3	5	
68 anos	1	-	1	
69 anos	1	1	2	
70 anos	2	1	3	0,4%
71 anos	-	2	2	
72 anos	-	1	1	
73 anos	-	2	2	
77 anos	-	2	2	
78 anos	1	-	1	

85 anos	1	-	1	
Total	2.166	790	2.956	100%

Logo, o município segue a lógica até então diagnosticada, com uma forte migração dos alunos do ensino regular do diurno para a educação de jovens e adultos no noturno, caracterizando uma juvenilização desta modalidade. Os dados estatísticos evidenciam o raciocínio traçado até aqui, ou seja, um aumento no número de matrículas na EJA. A maioria não trabalha ou devido ao avanço da idade e as necessidades de ordem econômica procuram iniciar sua jornada no mercado de mercado. Como forma de atender essa forte demanda, o município investe em políticas públicas voltadas para equacionar esse problema. Uma delas foi a implantação de uma turma de EJA no diurno de forma experimental neste ano de 2012.

Agregamos aqui, o artigo *Dívida com a EJA*, publicado na coluna Debate Legal da Revista Escola – Gestão Escolar, agosto/setembro 2011, de autoria do professor de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Juca Gil:

Chama a atenção o fato [da resolução CNE/CEB nº 3/2010] incentivar políticas específicas para os adolescentes de 15 a 17 anos devido à compreensão de que esses teriam características e necessidades diferenciadas dos demais alunos da EJA. A modalidade precisa ser adequada também para os cidadãos hospitalizados, ou privados de liberdade, as populações indígenas e quilombolas e os moradores do campo.

E mesmo para os habitantes das grandes cidades é necessário romper com alguns costumes, como o fato de a oferta de EJA ser predominantemente realizada no período noturno. Os não escolarizados que trabalham nas madrugadas estudarão quando? Os vigias noturnos e as faxineiras dos prontos-socorros e dos shopping centers estão fadadas a não ter diploma? As cozinheiras e os garçons que garantem nosso jantar não podem ir à escola? A dona de casa que precisa ficar à noite em casa com seus filhos e marido perde o direito ao ensino? Como fazem aqueles que vivem em regiões assoladas pela violência e têm de permanecer em casa quando a noite cai?

É essencial manter as escolas abertas nos períodos matutino e vespertino para os jovens e adultos estudarem. Um modelo único tende a não respeitar as especificidades dos diversos perfis a que a modalidade atende, tornando-o propenso ao fracasso. Será que é tão difícil adequá-lo às demandas de seu público?

A transferência discente se comprova na medida em que analisamos os dados sobre o número de matrículas na EJA em igual período. Vamos tomar por base as séries finais do ensino fundamental. Novamente, vamos destacar, em específico, a Escola João Paulo, objeto de pesquisa.

MATRÍCULAS			
Escolas	2007	2008	2009
Thiago Würth	322	383	402
Irmão Pedro	609	656	596
Guajuviras	318	386	304
Carlos D. de Andrade	343	315	350
Rio Grande do Sul	246	299	278
Farroupilha	300	246	-x-
Odette Freitas	288	263	331
Max Adolfo Oderich	316	411	379
João Paulo I	697	676	679
Rio de Janeiro	233	153	339
Vitória	55	56	34
Paulo VI	456	327	293
Nelson Paim Terra	-x-	561	507
Duque de Caxias	-x-	-x-	348
Edgar Fontoura	-x-	-x-	246
TOTAL	4183	4732	5086

Fonte: Unidade Administrativa - SME

A evasão na EJA então, sob esse prisma, pode ser considerada como uma nova “injustiça social”, o que a torna um tema preocupante, fazendo com que esta modalidade descumpra suas funções: *reparadora, equalizadora e qualificadora* (Jamil Cury, Parecer 11/2000, p. 5). Para atingir tais funções, cabe ao educador ter outro olhar

sobre seu papel na educação de jovens e adultos, de maior comprometimento com a causa social. Álvaro Vieira Pinto, no livro *Sete lições sobre educação de adultos*, ao referir-se à consciência crítica enquanto processo educacional, diz:

... não haverá verdadeira função do professor senão mediante a intensificação das influências sociais e a compreensão cada vez mais clara que o educador tenha de que sua atividade é eminentemente social, influi sobre os acontecimentos em curso no seu meio e só pode ser valiosa se ele admite ser conscientemente participante desses acontecimentos (p.75).

... o progresso [do educador] não consiste na aquisição de novos dados de saber, mas muito mais na aquisição da consciência de sua realidade como servidor social, de seu papel como interlocutor necessário no diálogo educacional (p.80).

Mas adequar a EJA às exigências da tripla função significa fornecer as condições necessárias para o pleno atendimento das mesmas. E aqui, o olhar recai sobre o poder público constituído através das diferentes formas de expressões e olhares dos governos responsáveis por essas condições.

QUANDO A FUNÇÃO SOCIAL NÃO SE CUMPRE

Dessa forma, muitos questionamentos podem ser feitos sobre o que motiva um adulto ou jovem voltar a estudar ou migrar para a EJA e depois, de forma ativa ou passiva, abandonar o curso.

O trabalho em que o aluno está inserido pode inferir na exigência de um grau maior de escolaridade. Isso, por si só, já seria um motivo, talvez até mesmo pela obrigatoriedade, para que o aluno concretize sua formação a fim de não encontrar adversidades em seu ambiente profissional. Logo, o trabalho e a possível ascensão dentro do mesmo, vinculada aos estudos, seria um fator inibidor da evasão.

Por outro lado, se estiver desempregado e possuir uma expectativa de emprego, vinculando este intento à necessidade de estudo, então deveria concluir sua formação, pois seus objetivos do ponto de vista de inserção no mercado de trabalho dependeriam inexoravelmente do cumprimento desta etapa.

Entretanto, se já está empregado, estável profissional e economicamente, e não há a obrigatoriedade de aperfeiçoar-se em seus estudos, supõe-se que o fator motivante nascerá de um desejo próprio, uma satisfação pessoal, um voluntarismo, somente rechaçado pela frustração diante de suas expectativas e a realidade encontrada, além de outras situações fortuitas adversas encontradas pelo caminho como doença ou problemas familiares, por exemplo, levando-o à desistência.

Ainda, se o que motivou o reingresso do educando na escola foram incentivos externos, sem significados pessoais, a propensão à evasão, parece ser maior ainda por não encontrar sentido em tal prática ou diante da menor adversidade.

Quanto aos jovens na distorção idade-série; encontrar situações semelhantes ao ensino regular do qual já não mais faz parte – como deparar-se com os mesmos livros didáticos, o mesmo método de aprendizagem e possivelmente a visualização futura da repetência constante a exemplo do passado recente – seria um fator desestimulante a prosseguirem seu cotidiano escolar.

Mas esta é uma face da moeda. De outro lado temos que analisar e questionar como está estruturada do ponto de vista administrativo, metodológico e didático-pedagógico a Educação de Jovens e Adultos, e em que ponto ela se apresenta de forma atraente ou não.

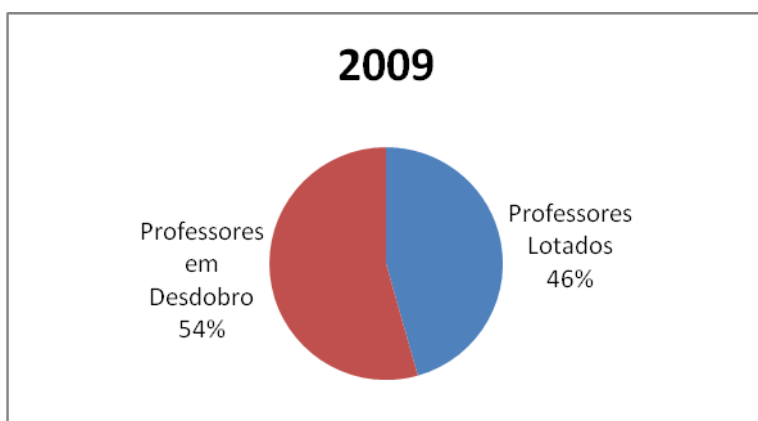
De uma maneira geral encontramos professores desmotivados e sem uma qualificação adequada à proposta para jovens e adultos por falta de formação, tanto a formação universitária como a formação continuada.

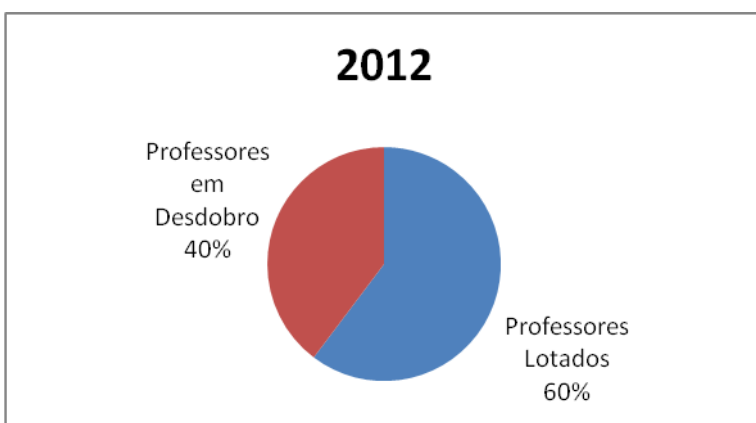
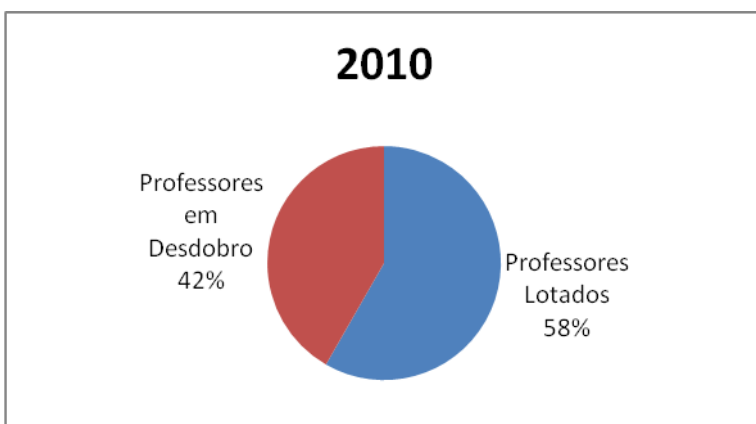
Tal deficiência por parte dos educadores e gestores da EJA leva a um descompasso entre o entendimento do que seja importante no processo ensino-aprendizagem e o que realmente interessa aos educandos, a partir do ponto de vista destes.

A falta de concurso público específico para a modalidade impelindo à grande rotatividade de educadores que ora estão na EJA e ora não, dependendo das necessidades do poder público, também acaba contribuindo para que o pouco de investimento em formação acabe se perdendo no ralo, pois a cada ano temos novos professores sem formação e muitos dos que a receberam indo para outras modalidades de ensino.

Novamente, documentos obtidos junto à Unidade Administrativa da Secretaria Municipal de Educação podem contribuir para esclarecer a grande rotatividade entre os educadores da EJA. Tomamos por base os anos de 2009, 2010 e 2012, pois não havia dados completos do ano de 2011. O levantamento foi feito junto a oito das 14 escolas que disponibilizam a modalidade. São elas: João Paulo I, Paulo VI, Thiago Würth, Odette Y. de Freitas, Irmão Pedro, Nelson Paim Terra, Rio de Janeiro e Guajuviras.

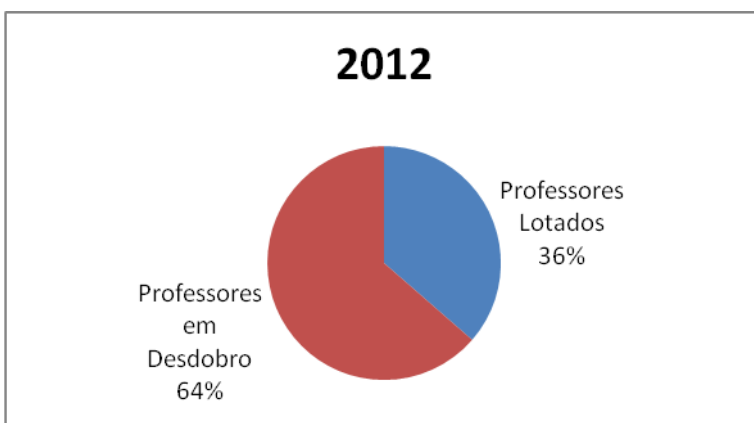
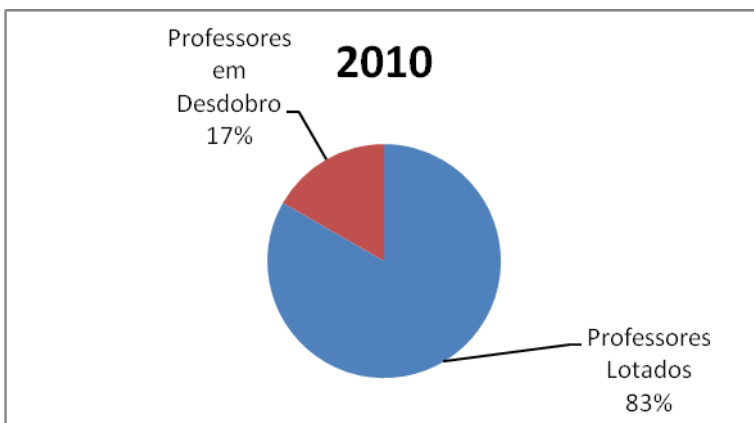
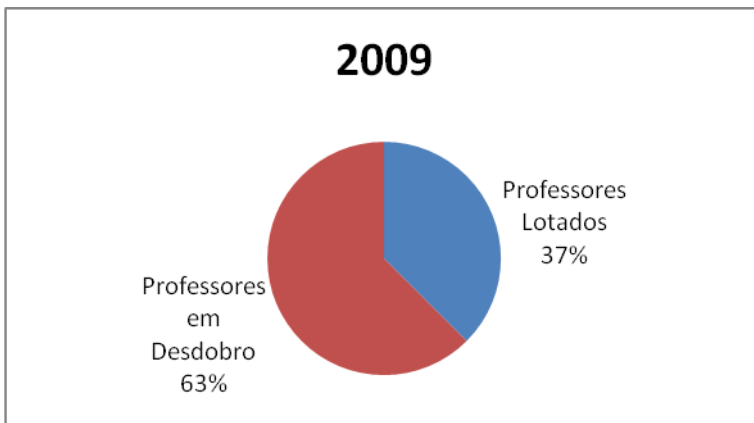
Primeiro, promover a separação entre os professores lotados na noite, ou seja, cuja carga horária (20h) está vinculada à EJA e os professores que estão desdobrando à noite (10h ou 20h), cuja vinculação da carga horária está associada ao dia, no ensino regular sequencial.





Aparentemente o gráfico indica uma situação positiva, ou seja, o fato de aumentar o número de educadores lotados à noite, o que significa uma transferência de carga horária efetiva para a EJA. Porém, isto não significa que esses professores permaneçam na mesma escola para a qual foram designados. Embora sua lotação esteja vinculada ao noturno, os mesmos podem anualmente, ou às vezes semestralmente, trocar de escola, mesmo trabalhando no turno da noite. Isso acaba gerando outra forma de rotatividade. O ideal seria a manutenção destes professores lotados fixamente em uma mesma escola para garantir uma estabilidade entre colegas visando um planejamento coletivo satisfatório.

Agora vamos fazer a mesma comparação abordando especificamente a Escola João Paulo I.

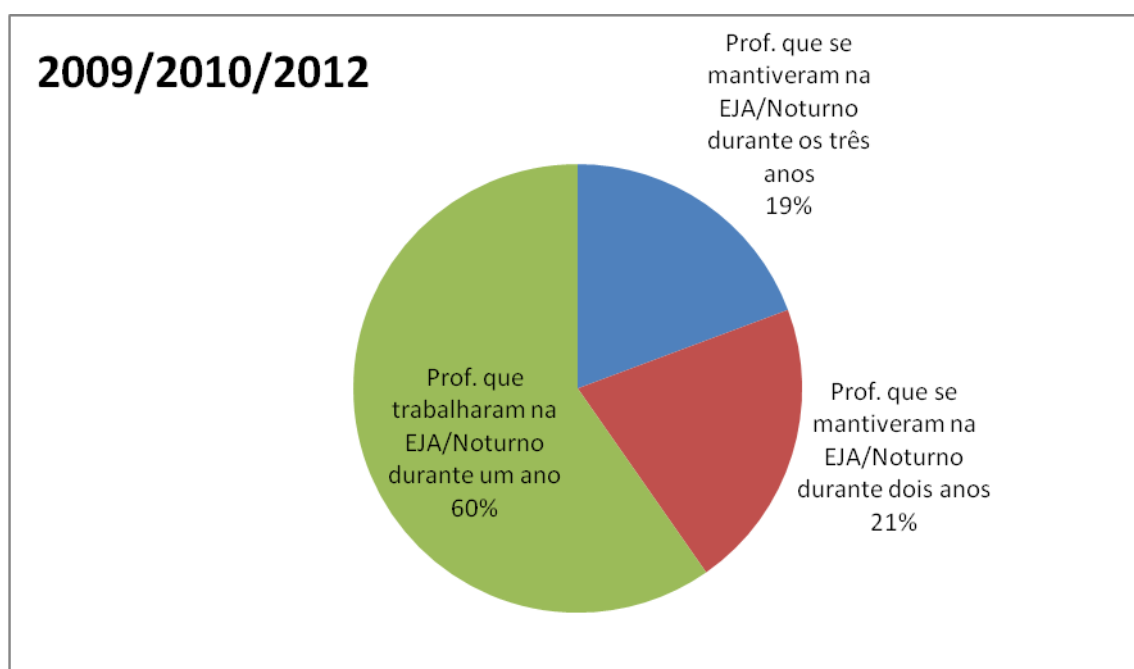


Na passagem de 2009 para 2010, a equipe de professores lotados na Escola João Paulo I, embora passando de 6 para 5 professores, com a saída de 1 portanto, se manteve praticamente a mesma. Pois foi no ano de 2010 que justamente a Escola João

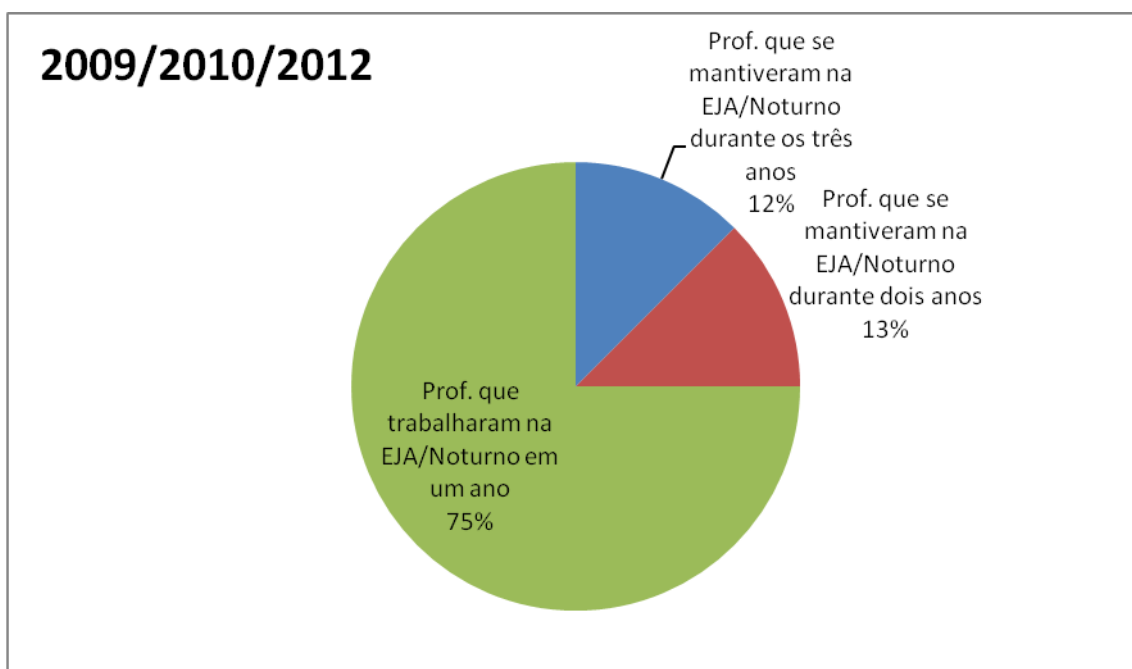
Paulo I apresentou o maior número de projetos interdisciplinares, inclusive o CINEJA, conforme anexo I deste trabalho, e pelo fato, como aborda também este trabalho, de ter adotado a nova proposta didático-pedagógica como uma das políticas de educação na escola.

Agora, outra maneira de analisar os dados fornecidos, e que pode dar uma ideia da rotatividade e da eficiência da formação, é verificarmos quanto tempo os professores do noturno ficaram no noturno, uma vez que é importante considerar se a lotação contempla fixamente os mesmos profissionais. Um professor que esteja lotado em um determinado ano não significa que estará no ano seguinte, pois pode vir transferido para o seu lugar outro professor com lotação noturna, enquanto o primeiro migrará com a sua lotação para o dia. Em outras palavras, mantivemos o cargo, a lotação, mas não o mesmo profissional.

Então, cabe também verificar o tempo em que o mesmo professor permanece lotado no noturno. Assim, com essa nova metodologia de abordar os números obtidos, vamos estabelecer novos gráficos que podem nos aproximar da realidade.



Vamos particularizar novamente a Escola João Paulo I, adotando o mesmo critério.



Quando verificamos a identidade dos professores da Escola João Paulo I que se mantiveram lotados durante os anos de 2009 e 2010, principalmente, percebemos que são os mesmos profissionais, havendo uma grande alteração no quadro de professores no ano de 2012, quando aumentou consideravelmente o número de educadores na condição de desdobro.

Uma questão importante é se esses professores que estão desdobrando, fazendo um horário extra à noite possuem o mesmo grau de comprometimento que os professores lotados, visto saberem que no próximo ano já não estarão mais naquele turno. Levariam também a sério a formação continuada específica para EJA estando vinculados à outra modalidade?

A ausência de um plano de cargos e salários com referências específicas para os profissionais da EJA que assegure seus direitos e lhes garanta continuidade na modalidade, assegurando suas funções e valorizando sua escalada profissional além de uma justa remuneração é imprescindível para que a educação de jovens e adultos assegure um espaço consolidado como política de Estado e não esteja à mercê de

governos transitórios. A “cultura supletiva” com a visão de que o mínimo é o suficiente, sobrecarga de trabalho extensivo e o número insuficiente de material didático voltado para a modalidade demonstra a falta de pesquisa na área. O verdadeiro “apartheid” que a EJA sofre dentro das escolas, como bibliotecas e laboratórios de informática fechados no noturno, a falta de profissionais e, por fim, como ressaltado, a juvenilização crescente sem um estudo ou soluções capazes de superar o fenômeno. Estas também são algumas, entre tantas razões significativas para a evasão, ou diríamos para a “expulsão” dos educandos da educação de jovens e adultos.

A evasão escolar é o grande reflexo do fracasso escolar, tornando-se o maior desafio para o professor, para a escola e o poder público preocupado em manter a permanência do aluno.

O DESRESPEITO A LEI

Tais elementos contrastam com a legislação visivelmente marginalizada diante da prática “educativa”. Vejamos o que diz nossa lei maior em termos de educação no Brasil, a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996**:

“O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (Título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar, Art. 4º, inciso I).

“Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (Art. 4º, inciso VII).

“o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão... e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo.”. (Art. 5º).

“Compete aos Estados e Municípios, em regime de colaboração, ... I – recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso; II – fazer-lhes a chamada pública; III – zelar... pela freqüência à escola. (Art. 5º, parágrafo 1º)

“Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade”. (Art. 5º, parágrafo 4º).

Tal dispositivo legal nos remete a pensar sobre a atuação dos governantes quanto à omissão em relação às garantias dos cidadãos na busca de seus direitos. Talvez, para determinados governos, seria simplesmente melhor que os cidadãos não buscassem seus direitos. Ano após ano são salas de aula superlotadas no início dos períodos letivos com a justificativa de que naturalmente a evasão dará conta de diminuir o contingente de alunos, o que significa uma aceitação tácita do fenômeno, bem como uma submissão ao mesmo, quem sabe até como uma forma de relevar os problemas diante da incapacidade administrativa de resolvê-los, fazendo com que a evasão se torne aliada e não um alvo a ser abatido.

CONTEXTUALIZANDO

As análises em torno da evasão da EJA têm enfatizado a questão da inevitável incompatibilidade entre as reais necessidades ou expectativas de aprendizagem dos estudantes e propostas de ensino e utilização de materiais didático-pedagógicos inadequados, a carga de trabalho dos alunos e o cansaço oriundo da mesma, aspectos extra-escola como a questão da segurança, a crescente juvenilização que acaba transformando-se em fator de evasão dos mais adultos, entre outras.

Sabemos que a EJA enfrenta uma espécie de reconhecimento como modalidade de ensino importante e necessária dentro do sistema educacional brasileiro. Conseqüentemente, toda a estrutura sofrerá com essa falta de reconhecimento. Seguramente, quando ocorrem dificuldades em termos de disponibilidade de recursos humanos (falta de professores), educadores que atuam na EJA e que já passaram por certa formação, acabam sendo deslocados para o ensino regular, ministrado durante o dia, para evitar repercussões políticas negativas dada a maior visibilidade na imprensa dos problemas enfrentados nas séries sequenciais. A noite, onde frequentemente encontramos a educação de jovens e adultos, não sofre tanto com essa fiscalização da sociedade. O que nos leva a questionar o tratamento dado pela própria sociedade, em escala de importância, a essa modalidade de educação.

Além de analisar as causas da evasão, devemos pensar igualmente em suas conseqüências. Uma delas está associada à carga horária dos professores e o envolvimento suas vidas particulares. Muitos profissionais iniciam o ano letivo com uma determinada jornada de trabalho e contam com proventos oriundos da quantidade de horas que trabalham. Geralmente, os professores acrescentam de forma extra, dez ou vinte horas-aula, na condição de desdobro, além da carga horária para a qual foi nomeado. Esses recursos são contabilizados no orçamento de qualquer um, mas não há obrigação do poder público em manter essa demanda extra de horas no contracheque do profissional. No momento em que cessar a necessidade do governo de contar com o profissional, também cessará sua obrigação de disponibilizar o recurso, cortando parte significativa de seu salário. Ora, no decorrer de um determinado tempo, quando é percebida a diminuição no grupo de educandos, a tendência é o agrupamento de turmas, ocasionando a “sobra” do educador. E a “sobra” vai redundar na diminuição dos vencimentos que o profissional auferir mensalmente. Logo, recursos com os quais

contava inicialmente já não poderão mais fazer parte de seu orçamento, desestruturando sua programação financeira e causando-lhe sérios prejuízos.

Juntar turmas significa mexer na estrutura das mesmas, promovendo a mobilidade dos estudantes, influenciando conseqüentemente no processo ensino-aprendizagem, o que implica na formulação de políticas públicas que levem esse item como referência.

Sendo um ponto fundamental na EJA, a evasão interfere na vida dos alunos, na vida dos professores e nas políticas de ensino elaboradas pelo poder público. É ao mesmo tempo causa e conseqüência das diferentes formas como a educação de jovens e adultos é tratada pelos órgãos públicos, em geral, secretarias de educação, municipais, para ensino fundamental e, estaduais para ensino médio.

Cabem aqui alguns questionamentos que nos ajudam a pensar. Em que momento o pedagógico e o administrativo se conciliam ou entram em conflito na tentativa de solucionar o problema relativo à evasão nas turmas de EJA? Que propostas de ensino podem levar a uma maior ou menor evasão? Fatores externos como segurança, por exemplo, podem influir sobre a questão? Que modelos didático-pedagógicos, na prática, estão se mostrando mais apropriados para diminuir os índices de evasão ou possam conduzir a uma probabilidade menor? Se existem que metodologias são essas? Disciplinas ou áreas do conhecimento? Séries, etapas ou segmentos? Conteúdos tradicionais ou eixos temáticos? Como conciliar direito e administração responsável na aplicação de políticas relativas à oferta desta modalidade de ensino?

No Brasil, como em vários países existe uma preocupação especial com o tema analfabetismo. O país jamais poderá consolidar uma verdadeira sociedade democrática enquanto tivermos uma taxa tão alta de analfabetos.

Na década de 60, surge a nova perspectiva do ensino para jovens e adultos, através da cultura de Paulo Freire, instruindo os educadores através de suas teorias libertadoras, em que se pretendeu abrir novos horizontes por intermédio da tomada de consciência sócio-cultural e histórica das pessoas. De acordo com a visão de FREIRE (2001, p.32), em todo homem existe um ímpeto criador. O ímpeto de criar nasce da inconclusão do homem. A educação é mais autêntica quanto mais desenvolve este ímpeto ontológico de criar. A educação deve ser desinibidora e não restritiva. É necessário darmos oportunidades para que os educadores sejam eles mesmos.

A proposta teórica metodológica da educação de jovens e adultos, precisa considerar que os educandos da EJA apresentam um tempo fragmentado de escolaridade, com repetências acumuladas ou interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, em função da entrada no mercado de trabalho, seja pelas necessidades de sobrevivência da família, seja pela busca de autonomia ou ainda pela exclusão social.

Estes jovens e adultos, muitos deles trabalhadores e que participam da garantia da sobrevivência da família a qual pertencem, trazem nas suas relações sociais, culturais e afetivas, especificidades de conhecimento, memória, religiosidade e política. Essas dimensões devem então ser incorporadas ao saber escolar. Devemos considerar que a escola não é o único lugar em que se aprende. A escola pode ser mais um agente de aprendizagem além de tantos outros espaços já presentes como o trabalho, o sindicato, a igreja, os grupos políticos, as festas populares, a televisão entre outros.

A EJA deve considerar os educandos, mesmo que sobrecarregados de experiências frustrantes e excludentes, como sujeitos do presente, autônomos em sua aprendizagem. Deve ser um espaço privilegiado onde se possa exercitar a capacidade de pensar com o outro e de tratar pedagogicamente as histórias de vida, as necessidades, os desejos e a condição socioeconômica e cultural desses educandos.

A expansão do atendimento educacional aos jovens e aos adultos, na rede pública de ensino, torna-se uma realidade na medida em que a sociedade, de forma organizada, reivindica e exige a garantia do direito a um ensino de qualidade e de acordo com as necessidades específicas dessa população. Daí algumas experiências político-pedagógicas estão emergindo no sentido de buscar a articulação de uma escola inclusiva, adequada para os jovens e adultos.

A educação é o único caminho capaz para transformação humana social dos indivíduos, conduzindo-os para uma visão crítica, conscientizando e preparando-os para viverem em sociedade e assumindo a sua cidadania. MARX (1991, p.27).

MOTIVOS PARA O OTIMISMO

As perspectivas no sentido de minimizar a questão da evasão ganha alento no fato de que o Sistema Brasileiro de Ensino ao longo de sua história tem passado por um processo de mudança, buscando através de diferentes programas a possibilidade de oportunizar novas alternativas pedagógicas para enfrentar o analfabetismo e proporcionar a todos os jovens e adultos a conclusão do Ensino Fundamental.

Avanços vêm sendo demonstrados através de experiências exitosas no país, cada qual com suas características próprias. Por meio de alguns dispositivos legais também vão surgindo alternativas capazes de oferecer mais qualidade à modalidade, muito em razão da luta empreendida por seus representantes, sujeitos envolvidos nesta engrenagem. Prova dessa organização são os Fóruns Estaduais espalhados por esse país. Independente de muitos contarem com patrocínios dos governos de diferentes níveis, o fato é que reúnem diferentes segmentos sociais capazes de contribuir para o debate acerca da Educação de Jovens e Adultos. Os Fóruns, através dos Encontros Estaduais, Nacionais e agora Regionais, ao mesmo tempo em que cobram dos entes federativos suas responsabilidades em atendimento à legislação já existente, fornecem subsídios para estes mesmos governos aperfeiçoarem o aspecto legal e criam demandas através de reivindicações que acreditam contemplarem as necessidades da EJA, no que tange a uma educação de qualidade, atraente e que dê suporte para atingir seus objetivos, entre eles o combate à evasão.

A expansão do atendimento educacional aos jovens e aos adultos, nas redes públicas municipais e estaduais de ensino, responsáveis diretas pela educação básica, torna-se uma realidade na medida em que a sociedade, de forma organizada, reivindica e exige a garantia do direito a um ensino de qualidade e de acordo com as necessidades específicas dessa população. Daí, algumas experiências político-pedagógicas estão emergindo no sentido de buscar a articulação de uma escola inclusiva, adequada para os jovens e adultos.

Neste sentido, busca-se superar a ideia de que o educando da EJA, sujeito sócio-histórico-cultural, permaneça inserido na sociedade. Tal modalidade educacional deve, então, prepará-lo para o efetivo exercício de sua cidadania, propiciando-lhe condições para se estruturar e intervir no mundo em que vive.

O reconhecimento do educando como um dos eixos de organização da modalidade de ensino, associados aos artigos 4º e 5º da LDB, podem ser incentivos para um esforço em direção a uma nova organização da EJA:

- tempo escolar negociado a partir do educando que será atendido;
- respeito aos horários possíveis para o educando trabalhador, seja no que se refere à duração das aulas por dia, seja no total de dias previstos na semana;
- respeito à produção do conhecimento avaliado pelo tempo de aprendizagem do educando;
- entendimento do espaço de produção do conhecimento para além da sala de aula, buscando a integração da escola com o dia-a-dia, na convivência familiar e nos demais grupos sociais a que pertença o educando;
- busca de novas formas de avaliação de modo a reconhecer-se formalmente as aprendizagens que são trazidas pelos alunos jovens e adultos quando retornam à escola.

Espera-se, assim, que o educador da Educação de Jovens e Adultos se identifique com a proposta da EJA e elabore estratégias diferenciadas que sejam capazes de motivar, transformar o conhecimento e desenvolver competências nos educandos e apresente características peculiares tais como:

- espírito inovador, criativo;
- sensibilidade e postura crítica para conhecer a diversidade étnica, cultural e de gênero do jovem e do adulto e as formas de inserção no mundo do trabalho;
- espírito de coletividade com vistas ao desenvolvimento de um trabalho pedagógico;
- visão global do currículo, postura inter/transdisciplinar e contextualizada, favorecendo o planejamento coletivo de estratégias pedagógicas;
- percepção do educando e de si mesmo como adultos em processo contínuo de formação;
- postura investigativa na prática educativa;
- compromisso ético e político com a dignidade humana.

ABORDANDO CANOAS

De forma geral, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, mantida pelo Poder Público Municipal de Canoas, como modalidade do Ensino Fundamental, constitui-se como direito dos jovens e adultos, no sentido de assegurar, gratuitamente, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características dos estudantes, seus interesses, suas condições de vida e de trabalho, mediante educação de qualidade àqueles que não tiveram acesso e/ou não concluíram o Ensino Fundamental na idade própria.

Como o objetivo aqui é bem específico, ou seja, o de analisar a evasão na EMEF João Paulo I a partir das diferentes propostas didático-pedagógicas, duas para ser mais específico, vamos traçar um pequeno histórico e reproduzir alguns índices estatísticos elaborados pela Secretaria Municipal de Educação do município de Canoas. O período a ser avaliado será entre 2007 e 2010. Nesse ínterim, o município passou por duas administrações de cunho político-pedagógico diferentes.

A mudança de administração implicou também na mudança da concepção metodológica da Educação de Jovens e Adultos. Nos anos 2007 e 2008 prevaleceram as propostas da administração anterior. O ano de 2009 marcou uma transição, sendo concebida inteiramente a nova proposta no ano de 2010. Porém, necessário dizer, que nem todas as escolas abraçaram imediatamente a nova proposta, havendo uma série de resistências diante da nova concepção, a qual traria mudanças profundas desagradando ou desacomodando grande parte dos professores.

O ANTES

A proposta pedagógica anterior estava concebida em etapas e disciplinas em que as aulas eram ministradas por períodos. Cada etapa, iniciais e finais, correspondia a uma determinada série e acontecia de forma semestral. Era quase que uma cópia do dia, ou seja, o ensino era de caráter sequencial, alterando apenas a possibilidade do educando eliminar disciplinas, sendo promovido para a etapa seguinte. Havia a possibilidade de um mesmo educando estar em etapas diferentes cursando disciplinas diferentes.

As formações eram promovidas pela própria rede e as reuniões de planejamento eram escassas, variando de escola para escola de acordo com a disposição dos professores e o interesse das direções em promovê-las. Alegadamente, o objetivo era evitar a dispersão dos educandos, mas sabidamente, as equipes pedagógicas não estavam muito dispostas a cobrirem, à noite, as ausências dos professores nas salas de aula devido ao planejamento. Também a mantenedora não exigia o cumprimento do planejamento, deixando os educadores nas mãos das direções das escolas.

A EJA era um mundo à parte dentro de certas escolas. Formavam verdadeiras ilhas, sem acesso a infra-estrutura como bibliotecas, laboratórios de informática, copiadoras, etc. Isso tudo, claro, repercutia no pedagógico. De outro lado, profissionais pouco engajados, acreditando que o mínimo necessário em termos de conhecimento era o suficiente para elevar os educandos a buscarem um trabalho melhor.

O material didático, em parte eram os próprios livros do ensino seqüencial que os mesmos professores – geralmente desdobrando – aplicavam no noturno, o que não mudava em nada a proposta curricular. A idéia era de uma aula “mais leve”. Ou então, velhos polígrafos amarelados pelo tempo, desatualizados, que insistiam em ser o norte em termos de didática na sala de aula.

Os quadros em anexo trazem os dados em termos de evasão para os anos de 2007 e 2008 no município de Canoas. Os índices inseridos nos quadros foram coletados junto às escolas, as quais fazem os boletins estatísticos e encaminham para o setor responsável na Unidade Administrativa da Secretaria Municipal de Educação. Neste setor, os dados informados pelas escolas são compilados, produzindo um arquivo a ser analisado para a promoção de políticas públicas na área da educação.

A metodologia aplicada estabelece que a matrícula geral indica o número de educandos que ingressaram na EJA no início do período letivo, em março para o

primeiro semestre e agosto para o segundo semestre. A matrícula efetiva indica o número dos que permaneceram estudando na modalidade, entre os quais são computados os índices de aprovação e reprovação, aqui não registrados. A diferença entre a matrícula geral e a efetiva indica o número de educandos que evadiram, estabelecendo o percentual.

Quadro 11

EJA - ANOS INICIAIS - 2007					
Nº	Escola/EMEF	Mat. Geral	Evasão	Mat. Efetiva	Percentagem %
01	Carlos Drummond de Andrade	157	0	157	Nulo
02	João Palma	69	1	68	1,44
03	Santos Dumont	122	10	112	8,19
04	Ildo Meneghetti	90	8	82	8,88
05	General Osório	143	15	128	10,48
06	João Paulo I	113	19	94	16,81
07	Vitória	21	4	17	19,04
08	Paulo VI	85	24	61	28,23
09	Thiago Würth	195	56	139	28,71
10	Max Adolfo Oderich	86	31	55	36,04
11	Guajuviras	88	34	54	38,63
12	Irmão Pedro	41	17	24	41,46
13	Rio Grande do Sul	31	14	17	45,16
14	Rio de Janeiro	104	48	56	46,15
15	David Canabarro	130	95	35	73,07
	Total/Média	1475	376	1099	25,49

Fonte: Setor de Estatística - Unidade Administrativa/SME

Quadro 12

EJA - ANOS FINAIS - 2007					
Nº	Escola/EMEF	Mat. Geral	Evasão	Mat. Efetiva	Percentagem (%)
01	Carlos D. de Andrade	343	19	324	5,53
02	Thiago Würth	322	35	287	10,86
03	Vitória	55	6	49	10,90
04	Farroupilha	300	82	218	27,33
05	Irmão Pedro	609	171	438	28,07
06	Rio Grande do Sul	246	75	171	30,48

07	João Paulo I	697	213	484	30,55
08	Max Adolfo Oderich	316	104	212	32,91
09	Guajuviras	318	105	213	33,01
10	Odette Freitas	288	103	185	35,76
11	Paulo VI	456	216	240	47,36
12	Rio de Janeiro	233	115	118	49,35
13	Total/Média	4183	1244	2939	29,73

Fonte: Setor de Estatística - Unidade Administrativa/SME

Quadro 13

EJA - ANOS INICIAIS - 2008					
Nº	Escola/EMEF	Mat. Geral	Evasão	Mat. Efetiva	Porcentagem (%)
01	Santos Dumont	119	2	117	1,68
02	Carlos D. de Andrade	172	4	168	2,32
03	João Palma	39	3	36	7,69
04	Vitória	44	6	38	13,63
05	Ildo Meneghetti	72	12	60	16,66
06	Rio Grande do Sul	35	7	28	20,00
07	Guajuviras	87	19	68	21,83
08	Max Adolfo Oderich	73	16	57	21,91
09	General Osório	144	34	110	23,61
10	Thiago Würth	145	36	109	24,82
11	Paulo VI	103	28	75	27,18
12	Irmão Pedro	54	20	34	37,03
13	Rio de Janeiro	107	40	67	37,38
14	João Paulo I	118	50	68	42,37
	Total/Média	1312	277	1035	21,11

Fonte: Setor de Estatística - Unidade Administrativa/SME

Quadro 14

EJA - ANOS FINAIS - 2008					
Nº	Escola/EMEF	Mat. Geral	Evasão	Mat. Efetiva	Porcentagem (%)
01	Carlos D. de Andrade	315	10	305	3,17
02	Thiago Würth	383	23	360	6,00
03	Vitória	56	10	46	17,85

04	Guajuviras	386	91	295	23,57
05	Rio Grande do Sul	299	93	206	31,10
06	Irmão Pedro	656	218	438	33,23
07	João Paulo I	676	229	447	33,87
08	Paulo VI	327	126	201	38,53
09	Max Adolfo Oderich	411	167	244	40,63
10	Odette Freitas	263	111	152	42,20
11	Rio de Janeiro	153	68	85	44,44
12	Nelson Paim Terra	561	276	285	49,19
13	Farroupilha	246	143	103	58,13
	TOTAL	4732	1565	3167	33,07

Fonte: Setor de Estatística - Unidade Administrativa/SME

Tanto nos anos iniciais (etapas iniciais/séries iniciais) como finais (etapas finais/séries finais) percebe-se o aumento da evasão na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Paulo I. Nos anos iniciais a evasão oscila de 16,81% no ano de 2007 para 42,37%, o mais alto da rede, em 2008. Nos anos finais, passa de 30,55% em 2007 para 33,87% em 2008. Com uma única exceção nos anos iniciais de 2007, a escola sempre teve uma evasão acima da média municipal.

O AGORA

Na atual administração do município, após uma análise detalhada dos índices de evasão e permanência durante os anos de 2006, 2007 e 2008, em conjunto com o Instituto Integrar¹, optou por uma mudança estrutural e metodológica na Educação de Jovens e Adultos.

As disciplinas foram reorganizadas de outra maneira, sendo substituídas por áreas do conhecimento; português, língua estrangeira, artes e educação física passaram a compor a área de conhecimento Linguagem, seus Códigos e Tecnologias; ciências naturais e matemática passaram a fazer parte da área de conhecimento Ciências Exatas e da Natureza; e história e geografia geraram a área de Ciências Humanas e Sociais.

Nesta proposta, os professores passaram a trabalhar as áreas de conhecimento (um por área) em uma noite completa com uma turma. Ficando duas noites semanais para Linguagens, duas para Ciências Exatas e da Natureza e uma para Ciências Humanas e Sociais. Procurou-se desta forma criar um maior vínculo entre educador e educando apostando na afetividade como forma de reduzir a evasão. Foram criadas as assessorias pedagógicas através dos professores articuladores e de incentivo à leitura. Manteve-se uma coordenação pedagógica, bem como a diferença salarial de 30% sobre o básico, que é uma política pública já instituída na rede municipal, levando-se em consideração as peculiaridades da educação no noturno. Quando da elaboração do Plano de Cargos e Salários foram criadas as funções de vice-direção, supervisão e orientação no turno da noite (EJA). A estrutura baseada no novo PCS passou a vigorar no atual ano de 2012, cujas expectativas de resultados positivos estão projetadas para o final do ano.

A sistemática conteudista tradicional das disciplinas foi substituída por eixos e subeixos temáticos e apostou-se num tempo maior de planejamento e formação com vias de investimento na interdisciplinaridade.

A formação dos educadores contou com a parceria do Instituto Integrar. Foram promovidos seminários voltados para a educação de jovens e adultos. Na maioria enfatizou-se a concepção de uma educação popular.

O ano de 2009 foi um período de transição entre a proposta anterior e a nova abordagem acerca da modalidade. O quadro estatístico seguinte mostra o movimento dos índices durante a transição – ainda sob a concepção de etapas e disciplinas. A tabela

de 2010 evidencia de forma mais concreta os resultados dessa nova ordem escolar diante da Educação de Jovens e Adultos.

Quadro 15

EJA - ANOS INICIAIS - 2009					
Nº	Escolas/EMEF	Mat. Geral	Evasão	Mat. Efetiva	Porcentagem (%)
01	Duque de Caxias	11	0	11	Nula
02	General Osório	96	0	96	Nula
03	Max A. Oderich	50	0	50	Nula
04	João Palma da Silva	77	3	74	3,89
05	João Paulo I	118	7	111	5,93
06	Paulo VI	75	5	70	6,66
07	Santos Dumont	110	17	93	15,45
08	Vitória	18	3	15	16,66
09	Rio Grande do Sul	27	5	22	18,51
10	Rio de Janeiro	92	26	66	28,26
11	Irmão Pedro	55	17	38	30,90
12	Thiago Würth	139	43	96	30,93
13	Carlos D. de Andrade	166	63	103	37,95
14	Guajuviras	97	39	58	40,20
	Total/Média	1131	228	903	20,15

Fonte: Setor de Estatística - Unidade Administrativa/SME

Quadro 16

EJA - ANOS FINAIS - 2009					
Nº	Escolas/EMEF	Mat. Geral	Evasão	Mat. Efetiva	Porcentagem (%)
01	Edgar Fontoura	246	12	234	4,87
02	Duque de Caxias	348	18	330	5,17
03	Vitória	34	3	31	8,82
04	Thiago Würth	402	36	366	8,95
05	Paulo VI	293	38	255	12,96
06	Max A. Oderich	379	79	300	20,84
07	Carlos D. de Andrade	350	92	258	26,28
08	Rio Grande do Sul	278	75	203	26,97
09	Irmão Pedro	596	204	392	34,22
10	Nelson Paim Terra	507	174	333	34,31
11	Guajuviras	304	108	196	35,52
12	João Paulo I	679	247	432	36,37

13	Odette Y. Freitas	331	126	205	38,06
14	Rio de Janeiro	339	157	182	46,31
	Total/Média	5086	1369	3717	26,91

Fonte: Setor de Estatística - Unidade Administrativa/SME

Analisando as tabelas de 2009, percebe-se uma redução no índice correspondente à média geral do município. A EMEF João Paulo I alcança resultados mais positivos nos anos iniciais, não havendo uma melhora nos anos finais. Entretanto o ano de 2010 já mostrará uma nova realidade.

Quadro 17

EJA – *1º SEGMENTO – 2010				
Nº	Escolas/EMEFs	Mat. Geral	Evasão	Percentual (%)
01	Santos Dumont	57	0	Nulo
02	Paulo VI	35	0	Nulo
03	General Osório	36	1	2,77
04	João Paulo I	41	4	9,76
05	João Palma da Silva/CEIA	37	4	10,81
06	Rio de Janeiro	59	11	18,64
07	Irmão Pedro	26	8	30,77
08	Carlos Drummond de Andrade	63	26	41,26
09	Max Oderich	50	22	44,00
10	Vitória	4	2	50,00
11	Guajuviras	69	41	59,42
12	Thiago Würth	63	50	79,37
	Total/Média	540	169	31,29
* Corresponde séries iniciais				

Fonte: Setor de Estatística - Unidade Administrativa/SME

Quadro 18

EJA – *2º SEGMENTO POR ESCOLA – 2010				
Nº	Escolas/EMEFs	Mat. Geral	Evasão	Percentual (%)
01	João Paulo I	271	30	11,07
02	Duque de Caxias	318	48	15,09
03	Carlos Drummond de Andrade	252	44	17,46

04	Odette Y. Freitas	200	35	17,50
05	Rio Grande do Sul**	100	19	19,00
06	Thiago Würth	305	70	22,95
07	Edgar Fontoura	206	62	30,09
08	Vitória	23	7	30,43
09	Rio de Janeiro	489	181	37,01
10	Guajuviras	231	86	37,22
11	Irmão Pedro	433	166	38,33
12	Max Oderich	187	76	40,64
13	Paulo VI	213	89	41,78
14	Dr. Nelson Paim Terra**	193	101	52,33
	Total/Média	3.421	1.014	29,64
* Corresponde séries finais				
** Não foram computados os dados do ProjejaFic				

Fonte: Setor de Estatística - Unidade Administrativa/SME

O ano de 2010 não evidencia grandes avanços no combate à evasão, pelo menos na média geral do município. A fase de implantação da nova proposta sofreu resistências em algumas escolas que continuaram, em parte, adotando antigas metodologias. Em 2011, houve um maior investimento na formação dos professores, principalmente na metodologia de trabalho com os eixos e subeixos temáticos e com foco na interdisciplinaridade. Elevou-se o tempo de planejamento utilizando-se de um dispositivo legal importante que é o fato de disponibilizar de 20% da carga horária do educando com atividades não presenciais. O resultado ainda é desconhecido.

Porém, no que se refere à EMEF João Paulo I, houve mudanças importantes. A primeira foi a postura do corpo diretivo e docente da escola no sentido de “abraçar” a nova proposta metodológica, pelo fato de acreditar que somente uma nova proposta seria capaz de alterar a rotina da evasão. Foram montados planos de aula interdisciplinares dentro dos eixos e subeixos mais compatíveis com a realidade dos educandos. Foram respeitados os tempos de planejamento, principalmente coletivo. As formações passaram a ter efeitos práticos junto às turmas, nas salas de aula. A estrutura da escola foi posta a disposição da EJA no noturno. Os educadores se comprometeram. A equipe diretiva passou a ligar para os alunos quando ocorresse um número significativo de faltas, apurando a razão da infrequência e procurando resgatar o educando evadido. Em alguns casos propondo até mudanças na relação do aluno com a

escola, adotando uma postura mais flexível, a fim de não permitir o abandono. Intensificaram-se as atividades fora dos muros da escola; feira do livro, teatro, atividades culturais e a avaliação passou a desconsiderar provas e notas para centrar-se na produtividade e na participação.

O resultado desta nova postura parece ter trazido resultados mais favoráveis. O Primeiro Segmento – correspondente as série iniciais, agora dividido em alfabetização (1ª série) e pós-alfabetização (2ª, 3ª e 4ª séries) teve um índice de evasão de 9,76% e o Segundo Segmento – correspondente as séries finais, agora dividido em Totalidade 1 (5ª série) e Totalidade 2 (6ª, 7ª e 8ª séries) alcançou seu menor índice no período analisado, ou seja, 11,07%, o menor também da rede municipal de ensino.

Os resultados alcançados nesta unidade escolar estiveram sob curiosidade por parte de outras escolas para a equipe docente da EMEF João Paulo I apresentar suas experiências, inclusive compartilhando em seminário de formação da EJA promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Canoas. Um exemplo foi o Projeto CINEJA, no qual os educadores das diferentes áreas do conhecimento desenvolveram a interdisciplinaridade utilizando filmes como fio condutor na aplicação do eixo temático Os Povos, a Cultura e o Conhecimento, sem deixar de desenvolver os “conteúdos” que é uma grande preocupação dos docentes, em geral. Tal proposta pedagógica está anexada no presente trabalho como anexo I.

Destaco aqui, algumas observações fornecidas por duas educadoras que participaram do Projeto CINEJA:

Trabalhar com eixos temáticos é fundamental juntamente com o planejamento coletivo para que haja um elo de ligação, uma sequência didática nas aulas da EJA. A partir do momento que trabalhamos o mesmo eixo, cada um dentro de sua área, embora os subeixos sejam diferentes, há um ganho para o aluno em termos de conseguir fazer conexões que antes não eram possíveis, pois cada um ensinava o que pensava pertinente, porém nem sempre era significativo para o aluno. Com certeza, essa iniciativa dos eixos temáticos veio enriquecer nossa prática pedagógica.

Prof. Iris Perez. Linguagem, seus códigos e tecnologias

Eu acho que começar uma discussão sobre um assunto e ainda despertar o interesse dos alunos, acredito que nada melhor do que um bom filme para despertar curiosidades e divulgar informações novas, como é o caso do filme

Gattaca que é um filme de base científica. Nesta área, não são muitos que possam cumprir com este objetivo, mas este é um filme muito bom. Os resultados são muito bons: os alunos começam a se interessar pelo assunto, discutem e quando entramos mesmo no conteúdo, este já é familiar. Além do que, chegamos num conteúdo através de outros sentidos que não só ouvir.

Prof. Themys Nunes. Ciências Naturais e Exatas

Tais propostas de trabalhos, projetos, devem ser compartilhadas como forma de “contaminar” positivamente os demais educadores. Em 2009 a Unidade EJA lançou o Blog da EJA, cujo endereço é www.reestruturaaja-canoas.blogspot.com, e através do mesmo divulga as ações realizadas pelos educadores e educandos na área da educação de jovens e adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos índices de evasão, a partir da realidade do município de Canoas, evidencia a necessidade de ousar na busca de propostas alternativas e ao mesmo tempo serve para subsidiar o poder público no sentido de pensar e traçar políticas para a educação de jovens e adultos que sejam capazes de evitar ou pelo menos atenuar um grande número de evasões. Até então, o que nós sabemos mostra que jamais se obterá por completo o fim das mesmas. Porém, estamos longe de considerar que se trata de uma questão natural com a qual temos que conviver passivamente.

Os dados servem também para subsidiar os educadores no sentido de que devem apostar em propostas pedagógicas mais compatíveis com a realidade da modalidade EJA, o que significa rever posturas e práticas, reciclando-se, abrindo-se para novas experiências. Visa tentar encontrar meios que estimulem os estudantes a permanecerem na escola ou espaços alternativos de forma motivada e compatível com o impulso que os fizeram retornar aos estudos, levando em consideração suas realidades de agentes sociais que trabalham, que se deslocam de casa para o trabalho e vice-versa, depois para escola e retorno, que possuem famílias, se extenuam e, por fim, estão inseridos numa sociedade capitalista onde a máxima é “tempo é dinheiro”.

Estes mesmos educandos que fazem parte desta sociedade e com os quais devemos intercambiar conhecimentos, podem contribuir, e muito, para as melhorias das práticas pedagógicas quando ouvidos e levados em consideração. No I Encontro Municipal de Educação de Jovens e Adultos promovido pela Unidade de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação, aberto para educadores e educandos, ficou nítida a importância da contribuição dos educandos quando lhes é proporcionada a oportunidade de participarem. Eis alguns relatos colhidos entre os formulários de sugestões entregues aos participantes e posteriormente devolvidos para serem sistematizados:

“Mais palestras nas escolas abordando vários temas”.

Ilsa Pinto Garcia – Esc. João Paulo I

“Os alunos participarem de eventos e encontros como estes”.

Irene Borges Faudeback – Esc. Rio Grande do Sul

“Eu acho que tem que haver o EJA para o Ensino Médio. Gostei bastante da palestra”.

Andressa Morgana Silveira Krause – Esc. Rio de Janeiro

“Acho que para as pessoas fazerem o EJA deveria ter mais incentivo por parte dos educadores, pois muitas pessoas não concluem por vergonha. E também acho que deveria ter mais atitude em respeito sobre os alunos que vão para a escola para atrapalhar quem quer estudar, pois esses alunos que atrapalham tiram a vaga de quem realmente quer aprender”.

Débora Barbosa Martins – Esc. Rio de Janeiro

“Professores da EJA é se desafiar a si próprio. Não desistam Eu tenho 38 anos e estou me desafiando, voltando a estudar e conto com a sua ajuda. Muito obrigado. Espero que um dia vocês consigam alcançar a faculdade EJA”.

Márcia Bastos de Ávila – Esc. Erna Würth

“Continuar com encontro de educação de jovens e adultos mais vez e aberto para todos. Professores e alunos”.

Ralf Josué Baptista Lima – Esc. Erna Würth

“Eu sugiro que esses encontros fossem nas escolas. Gostei muito da palestra. Fiz questão de ficar para aproveitar algumas questões sobre educação, ensino e também tive a oportunidade de falar e dar a minha opinião”.

Milton de Oliveira – Esc. Rio de Janeiro

Aqui está, sem dúvidas, um dos maiores elementos para o combate à evasão: a integração entre educadores e educandos, conscientes da importância da colaboração mútua para desconstruir a imagem perversa e preconceituosa manifesta em alguns discursos sobre a educação de jovens e adultos e suas características. O primeiro passo para a verdadeira mudança.

ANEXO I

PROJETO CINEJA

EJA - INTERDISCIPLINARIDADE

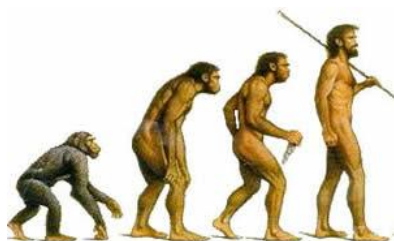
2º EIXO: OS POVOS, A CULTURA E O CONHECIMENTO.

SUBEIXO: OS POVOS: EVOLUÇÃO E RELAÇÕES

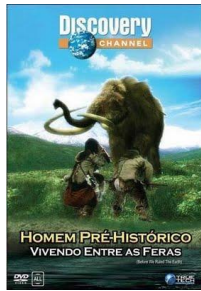
E.M.E.F. JOÃO PAULO I

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

- Teorias Sobre a Origem do Homem.
- Darwinismo – Seleção Natural das Espécies.
- Interpretação de Texto: “Evolução das Espécies”.



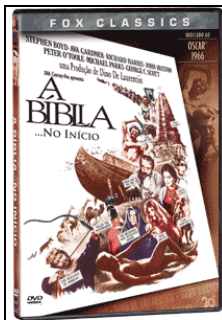
- Exibição e Proposta Pedagógica do Vídeo: “Homem Pré-Histórico – Vivendo Entre as Feras”.



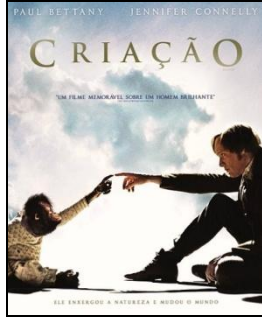
- A Bíblia e o Criacionismo: Gênesis.
- Interpretação de Texto: “A origem do Homem”.
- Exibição do Vídeo: “Criacionismo”.



- CINEJA**: Exibição da Introdução do Filme “A Bíblia” (criação divina).



- Exibição e Proposta Pedagógica do Filme “Criação” (sobre Charles Darwin e a Teoria da Evolução das Espécies).

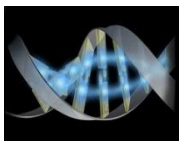


- Debates e Conclusões.

- Conteúdos Desenvolvidos:
 - ✓ A Pré-História e Seus Períodos.
 - ✓ Evolução Cultural Humana.
 - ✓ Criacionismo x Evolucionismo.
 - ✓ Tecnologias Primitivas.
 - ✓ Povos da Antigüidade: Hebreus.
 - ✓ Protestantismo Cristão.

CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA

- As Teorias de Mendel com Exibição de Vídeo da National Geographic.
- Estudo do Fator RH e Grupo ABO.
- Trabalho com Gráficos Sobre a Incidência dos Tipos Sanguíneos.
- Teorias Evolucionistas: Abordagem Feita com Exibição de Documentário da National Geographic.



- Como Somos? Introdução à Genética.



- Estudo Sobre a Genética no Mundo de Hoje.
- As Doenças Genéticas com Pesquisa na Internet e Apresentação Pelos Alunos.

- CINEJA**: Exibição e Proposta Pedagógica do filme “Gattaca – A Experiência Genética”.



- Debates e Conclusões.

- Início da vida: Células. Apresentação de Vídeos do You Tube.



- Observação de Células no Microscópio.

- | | |
|---|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Conteúdos Desenvolvidos: | Gráficos. |
| ✓ Genética. | Doenças Genéticas. |
| ✓ Fator Rh e Tipos Sanguíneos. | Ética e Saúde. |
| ✓ Teorias Evolucionistas. | Células e Uso do Microscópio. |

LINGUAGEM, SEUS CÓDIGOS E TECNOLOGIAS

- Criação de E-mails Para os(as) Alunos(as) no Laboratório de Informática.



- Remessa por E-mail de *Power Point* “Terra: Uma Pequena História” (Origem da Vida) Para Cada Aluno.
- Remessa por E-mail do Vídeo “Pálido Ponto Azul” – Carl Sagan.



- Análise do Material Para Debate.

- Planeta Terra ou Planeta Água?
- Audição e Leitura da Música “Planeta Água” (Guilherme Arantes).
- Questões, Debate e Ilustração sobre a Formação da Terra.

- Ilustrações a partir dos Filmes “A Bíblia” e “Criação”



- CINEJA**: Exibição e Proposta Pedagógica do Filme “O Livro de Eli” (A Bíblia).



- Debate: Uso da Linguagem com Poder de Construir um Mundo Novo.
- Produção textual: Dissertação com Estrutura, Trabalhando a Necessidade de Resgatarmos Valores Esquecidos no Mundo Atual.

- Conteúdos Desenvolvidos:
 - ✓ Inclusão Digital.
 - ✓ Aprendizado de Técnicas de Manipulação Digital.
 - ✓ História das Artes: Música
 - ✓ Técnicas de Reprodução, Releituras e Ilustrações de Imagens.
 - ✓ Estrutura da Dissertação
 - ✓ Concordância Verbal e Nominal
 - ✓ Orientações Ortográficas

RESULTADOS ESPERADOS

- Trabalho Interdisciplinar.
- Inclusão Digital.
- Desenvolvimento da Leitura e da Escrita.
- Estímulo à Capacidade de Raciocínio e Crítica.
- Educação Midiática
- Uso e Manipulação de Material de Laboratório.
- Conhecimento Integral.

Referências:

¹ O Instituto Integrar foi fundado em 15 de março de 1999 pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CNM/CUT com o objetivo de desenvolver uma experiência de educação junto aos trabalhadores desempregados que apontasse para a construção de uma metodologia na perspectiva do trabalhador.

BIBLIOGRAFIA:

ARROYO, M. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino e SOARES, Leôncio (Orgs.). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394/96. Fixa as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, 1996.

BRASIL. CURY, C. Roberto Jamil. Parecer CNE/CEB nº 11/2000.

BRUNEL, C. Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos. 2ª Ed. Porto Alegre: Mediação. 2008

CIAVATTA, Maria e RUMMERT, Sonia Maria. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional. Educ. Soc. [online]. 2010.

FONSECA, Laura Souza. EJA: Lutas e conquistas! – A luta continua: formação de professores em EJA. REVEJA – Revista de Educação de Jovens e Adultos. Ed. nº 3, p. 75-97. Belo Horizonte: NEJA/UFMG, 2008.

GIL, Juca. Dívida com a EJA. Revista Nova Escola. S. Paulo: Editora Abril, agosto/setembro 2011.

NAIFF, Luciene Alves Miguez e NAIFF, Denis Giovani Monteiro. Educação de jovens e adultos em uma análise psicossocial: representações e práticas sociais. *Psicol. Soc.*, Dez 2008.

PINTO, Álvaro Viana. Sete lições sobre educação de adultos. Coleção Educação Contemporânea. Editora Autores Associados.

RUMMERT, Sonia Maria. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. *Florianópolis: Perspectiva*, v. 26, n. 1, 175-208, jan./jun. 2008.

RUMMERT, Sonia Maria. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 2, PP. 35-50.

UNICEF. Situação da Adolescência no Brasil. O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidade e superar desigualdades. Brasília, DF: UNICEF, 2011.